



2024/2025



COMISSÃO JUDICIÁRIA INTERINSTITUCIONAL DE ENFRENTAMENTO AO
TRÁFICO DE PESSOAS, TRABALHO ESCRAVO E EXPLORAÇÃO INFANTIL
(CITTEI)

**COMISSÃO JUDICIÁRIA INTERINSTITUCIONAL DE ENFRENTAMENTO AO
TRÁFICO DE PESSOAS, TRABALHO ESCRAVO E EXPLORAÇÃO INFANTIL
(CITTEI)**

**COMPOSIÇÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

Flora Maria Nesi Tossi Silva
Desembargadora Presidente

Márcia Lourenço Monassi
Desembargadora Vice-presidente

Antônio Maria Patiño Zorz
Juiz de Direito

Paulo Roberto Fadigas César
Juiz de Direito

Camila de Jesus Mello Gonçalves
Juíza de Direito

Maria Domitila Prado Manssur
Juíza de Direito

SUMÁRIO

Composição da CITTEI.....	02
Sumário.....	03
Resoluções e Portaria de Criação da CITTEI.....	04/05
Reuniões realizadas.....	07
Assuntos pautados.....	08
Ofícios expedidos.....	09
Eventos, cursos, seminários e palestras.....	09
Resoluções, Portarias e Comunicados publicados no DJE do TJSP.....	10/20
Notícias da CITTEI publicadas no Portal do Tribunal de Justiça de São Paulo.....	21/25
Anexos.....	26/28

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO JUDICIÁRIA
INTERINSTITUCIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS,
TRABALHO ESCRAVO E EXPLORAÇÃO INFANTIL.**

2024/2025

LEGISLAÇÕES DE CRIAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA CITTEI:

Portaria nº 8766 de 12 de junho de 2013, publicada no DJE em 12/06/2013
- Criação da “COMISSÃO JUDICIÁRIA INTERDISCIPLINAR SOBRE TRÁFICO DE PESSOAS” -CITTEI.

<https://www.tjsp.jus.br/Download/ConhecaTJSP/TraficoPessoas/Portarias/8776-2013.pdf>

PORTARIA Nº 10.355/2024

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo –

Desembargadora Flora Maria Nesi Tossi Silva – Presidente

Desembargadora Marcia Lourenço Monassi – Vice-Presidente

Juiz de Direito Dr. Antônio Maria Patiño Zorz

Juiz de Direito Dr. Paulo Roberto Fadigas César

Juíza de Direito Drª Camila de Jesus Mello Gonçalves

Juíza de Direito Drª Maria Domitila Prado Manssur

PORTARIA Nº 10.477/2024

Tribunal Regional do Trabalho - 2ª Região – Portaria nº 10.495/2024

Juiz Titular do Trabalho Dr. Gabriel Lopes Coutinho (titular)

Juiz Titular do Trabalho Dr. Rodrigo Garcia Schwarz (adjunto)

Tribunal Regional do Trabalho - 15ª Região – Portaria nº 10.546/2025

Desembargadora Adriene Sidnei de Moura David

Tribunal Regional Federal - 3ª Região –

Desembargadora Federal Louise Vilela Leite Filgueiras

Ministério Público Federal – 10.692/2025

Procuradora Regional da República Drª Stella Fátima Scampini

Procurador Regional da República Dr. Gustavo Nogami

Procurador Regional da República Dr. José Gladston Viana Correia

Ministério Público do Trabalho - 2ª Região – Portaria nº 10.522/2024

Procuradora do Trabalho Drª Carol Gentil Uliana (titular)

Procuradora do Trabalho Drª Alline Pedrosa Oishi Delena (suplente)

Ministério Público do Trabalho - 15ª Região –

Procurador do Trabalho Dr. Marcus Vinicius Gonçalves

Defensoria Pública-Geral da União –

Defensora Pública Federal Dr^a Ana Claudia de Carvalho Tirelli

Ministério Público do Estado de São Paulo –

Promotora de Justiça Dr^a Daniela Moysés da Silveira Favaro

Defensoria Pública do Estado de São Paulo – [Portaria nº 10.613/2025](#)

Defensor Público Dr. Filipe Dias Rodrigues

Polícia Militar - Assessoria do Tribunal de Justiça –

1º Tenente PM Carolina Ribeiro Borges (titular)

1º Tenente PM Gabriel Cabral de Oliveira dos Santos (suplente)

Polícia Federal –

Delegado de Polícia Federal Dr. Érico Marques de Mello

Delegado de Polícia Federal Dr. Alexandre Lino de Souza

Polícia Civil - Delegacia Geral de Polícia –

Delegada de Polícia Dr^a Barbara Lisboa Travassos (titular)

Delegada de Polícia Dr^a Ivalda Aleixo (suplente)

Delegada de Polícia Kelly Cristina Sacchetto Cesar De Andrade

Polícia Rodoviária Federal – [Portaria nº 10.516/2024](#)

Policial Rodoviário Federal Sr. José Marcelo Alves Gondim (titular)

Policial Rodoviário Federal Sr. Luciano Borges Gonçalves (suplente)

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo –

Advogada Dr^a Carla Hermínia Mustafá Barbosa Ferreira

Advogado Dr. Sidarta Borges Martins

ASBRAD – Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude –

Dr^a Dalila Eugênia Maranhão Dias Figueiredo

Dr^a Graziela do O Rocha

Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo –

Servidor Sr. Giuliano Campos de Farias

Associação dos Cônsules no Brasil (Aconbras) -

Doutor Renato e Silva Bacellar Neto - Presidente

Cáritas Arquidiocesana de São Paulo - Centro de Referência para Refugiados -

Dr^a Karla Larissa Rodrigues Schoemberger

Dr^a Ligia de Camargo Molina – Advogada

Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) "Oriana Jara" -

Dra. Isabela Rezende (Setor Jurídico)

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)

Dr. William Torres Laureano da Rosa

Organização Internacional para as Migrações (OIM) -

Dr. Wilbert Rivas

Casa do Migrante –

Coordenadora Marcia Lourdes de Araújo

Projeto / Programa Mulheres Migrantes do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

Dr^a Catia Kim

REUNIÕES REALIZADAS:

- Reunião ordinária da CITTEI

- 09/08/2024 – 10 horas. Via Microsoft Teams.

- Reunião ordinária da CITTEI

- 18/10/2024 – 10 horas. Via Microsoft Teams.

- Reunião ordinária da CITTEI

- 22/05/2025 – 10 horas. Via Microsoft Teams.

- Reunião ordinária da CITTEI

- 24/07/2025 – 10 horas. Via Microsoft Teams.

- Reunião ordinária da CITTEI

- 02/10/2025 – 10 horas. Via Microsoft Teams.

- Reunião ordinária da CITTEI

- 05/12/2025 – 10 horas. Presencial no Palácio da Justiça.

ASSUNTOS PAUTADOS:

- Ata de Implementação e Regimento Interno da Comissão Estadual Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo - CEJESP.
- Atividades que serão realizadas no decorrer da gestão desta Comissão.
- Elaboração de meta para ser realizada antes do recesso de 2024/2025 e definição de GT para curso de capacitação.
- Alinhamento com o IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, com a Lei 13.344/2016 e com os eixos do Protocolo de Palermo.
- Casos recentes e/ou emblemáticos identificados nos últimos 12 meses.
- Rotas regionais mapeadas (interestaduais/internacionais).
- Apontamento dos desafios no reconhecimento da condição de vítima.
- Escuta das instituições presentes sobre fragilidades nos fluxos de denúncia, proteção e responsabilização.
- Dificuldades na articulação entre rede socioassistencial, segurança pública, sistema de justiça e saúde.
- Criação de página na internet em cada setor que detenha hiperlinks para as demais instituições presentes.
- Realização de palestra nas escolas das instituições para que o tema do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas seja difundido.
- Encontro presencial no dia 30 de julho de 2025, dia Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.
- Encontro com os representantes dos corpos consulares das cidades do Estado de São Paulo para estreitar os laços entre as diversas redes e o serviço consular.
- Criação de grupo para formatação e apresentação de projeto de curso ou de encontros presenciais.
- Definição da periodicidade de reuniões de monitoramento e avaliação dos avanços.
- Contribuições para o 2º Encontro Nacional do FONTET que foi realizado nos dias 29 e 30 de julho de 2025, em São Luís/MA. Propostas de temas, boas práticas, ou experiências a serem apresentadas.
- Preparação para Reunião com a ACONBRAS – Associação dos Cônsules no Brasil.
- Proposta de estrutura do plano a ser apresentado ao CNJ.
- Inclusão de programa de capacitação permanente.

OFÍCIOS:

Foram encaminhados, no decorrer dos anos de 2024 e 2025, 13 ofícios expedidos pela CITTEI.

EVENTOS:

- **1º FONTET - Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas**
05 e 06/09/2024 – Brasília, Distrito Federal.

- **2º FONTET - Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas**
29 e 30/07/2025 – São Luis, Maranhão.

- **Cerimônia de Inauguração Oficial da Exposição sobre tráfico de pessoas do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.**
04/08/2025 – 17h - sede do TRF3 na Av. Paulista, São Paulo/SP.

**RESOLUÇÕES,
PORTARIAS E COMUNICADOS
PUBLICADOS NO DIÁRIO DA JUSTIÇA
ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
SÃO PAULO
2024/2025**

PORTARIA Nº 10.355/2024

O Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR as Desembargadoras FLORA MARIA NESI TOSSI SILVA, como Presidente, e MARCIA LOURENÇO MONASSI, como Vice-Presidente, para comporem a Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas, até 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º - RECONDUZIR os Doutores ANTONIO MARIA PATIÑO ZORZ e PAULO ROBERTO FADIGAS CÉSAR, Juízes de Direito, e as Doutoradas CAMILA DE JESUS MELLO GONÇALVES e MARIA DOMITILA PRADO MANSSUR, Juízas de Direito, para comporem a aludida Comissão, no período supramencionado.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 30 de janeiro de 2024.

(a) **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça.

Dje de 31/01/2024

PORTARIA Nº 10.477/2024

O Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - DESIGNAR para compor a Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas, instituída pela Portaria

nº 8.776/2013, até 31 de dezembro de 2025, os representantes indicados pelos seguintes Tribunais e Órgãos:

- Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região:
Juíza Titular do Trabalho Doutora SANDRA MIGUEL ABOU ASSALI BERTELLI (titular)

Juiz Titular do Trabalho Doutor RODRIGO GARCIA SCHWARZ (adjunto)

- Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região:
Desembargador LUÍS HENRIQUE RAFAEL

- Tribunal Regional Federal da 3ª Região:
Juíza Federal Doutora LOUISE VILELA LEITE FILGUEIRAS BORER

- Ministério Público Federal:
Procuradora Regional da República Doutora STELLA FÁTIMA SCAMPINI

- Ministério Público do Trabalho da 2ª Região:
Procurador do Trabalho Doutor ROBERTO PINTO RIBEIRO (titular)
Procuradora do Trabalho Doutora ALLINE PEDROSA OISHI DELENA (suplente)

- Ministério Público do Trabalho da 15ª Região:
Procurador do Trabalho Doutor MARCUS VINÍCIUS GONÇALVES

- Ministério Público do Estado de São Paulo:
Promotora de Justiça Doutora DANIELA MOYSÉS DA SILVEIRA FAVARO

- Defensoria Pública da União:
Defensora Pública Federal Doutora ANA CLAUDIA DE CARVALHO TIRELLI

- Defensoria Pública do Estado de São Paulo:
Defensor Público Doutor LUCAS PAMPANA BASOLI

- Polícia Federal: Delegada de Polícia Federal:
Doutora KARINA MURAKAMI SOUZA

- Polícia Civil do Estado de São Paulo:
Delegada de Polícia Civil Doutora BARBARA LISBOA TRAVASSOS (titular)
Delegada de Polícia Civil Doutora IVALDA ALEIXO (suplente)

- Polícia Rodoviária Federal:
Policia Rodoviário Federal Senhor SAULO ANDERSON HENRIQUE ANDRADE

- Polícia Militar do Estado de São Paulo:
1º Tenente PM CAROLINA RIBEIRO BORGES (titular)
1º Tenente PM GABRIEL CABRAL DE OLIVEIRA DOS SANTOS (suplente)

- Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo:
Advogada Doutora CARLA HERMÍNIA MUSTAFA BARBOSA FERREIRA (titular)
Advogado Doutor SIDARTA BORGES MARTINS (suplente)

- Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania:
Senhor GIULIANO CAMPOS DE FARIAS

- Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude - ASBRAD:
Doutora DALILA EUGENIA MARANHÃO DIAS FIGUEIREDO
Doutora GRAZIELA DO O ROCHA

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 30 de agosto de 2024.

(a) **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça.

Dje de 02/09/2024

PORTARIA Nº 10.489/2024

O Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - CESSAR, a pedido, a designação da Delegada de Polícia Federal Doutora KARINA MURAKAMI SOUZA, para compor a Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas, instituída pela Portaria nº 8.776/2013, como representante da Polícia Federal.

Artigo 2º - DESIGNAR, em substituição, o Delegado de Polícia Federal Doutor LEONARDO HENRIQUE GOMES RODRIGUES, até 31 de dezembro de 2025.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 01 de outubro de 2024.

(a) **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça.

Dje de 02/10/2024

PORTARIA Nº 10.495/2024

O Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - CESSAR, a pedido, a designação da Juíza Titular do Trabalho Doutora SANDRA MIGUEL ABOU ASSALI BERTELLI, para compor a Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas, instituída pela Portaria nº 8.776/2013, como representante do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Artigo 2º - DESIGNAR, em substituição, o Juiz Titular do Trabalho Doutor GABRIEL LOPES COUTINHO, até 31 de dezembro de 2025.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 17 de outubro de 2024.

(a) **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça.

Dje de 18/10/2024

PORTARIA Nº 10.516/2024

O Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - CESSAR, a pedido, a designação do Senhor SAULO ANDERSON HENRIQUE ANDRADE, representante da Polícia Rodoviária Federal, para compor a Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas, instituída pela Portaria nº 8.776/2013.

Artigo 2º - DESIGNAR, em substituição, o Senhor JOSÉ MARCELO ALVES GONDIM, como membro titular, e o Senhor LUCIANO BORGES GONÇALVES, como suplente, até 31 de dezembro de 2025.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, data registrada pelo sistema.

(a) **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça.

Dje de 11/12/2024

PORTARIA Nº 10.522/2024

O Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - CESSAR, a pedido, a designação do Procurador Regional do Trabalho Doutor ROBERTO PINTO RIBEIRO, para compor a Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas, instituída pela Portaria nº 8.776/2013, como representante do Ministério Público do Trabalho da 2ª Região.

Artigo 2º - DESIGNAR, em substituição, a Procuradora Regional do Trabalho Doutora CAROL GENTIL ULIANA, até 31 de dezembro de 2025.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 11 de dezembro de 2024.

(a) **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça.

Dje de 13/12/2024

PORTARIA Nº 10.546/2025

O Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - DESIGNAR a Desembargadora ADRIENE SIDNEI DE MOURA DAVID para compor a Comissão Judiciária Interdisciplinar Sobre Tráfico de Pessoas como representante do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até 31 de dezembro de 2025.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2025.

(a) **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça.

Dje de 06/02/2025

PORTARIA Nº 10.613/2025

O Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - CESSAR, a pedido, a designação do Doutor LUCAS PAMPANA BASOLI, para compor a Comissão Judiciária Interdisciplinar Sobre Tráfico de Pessoas como representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - DESIGNAR, em substituição, o Doutor FILIPE DIAS RODRIGUES, para compor a referida Comissão, até 31 de dezembro de 2025.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 24 de junho de 2025.

(a) **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça.

Dje de 25/06/2025

PORTARIA Nº 10.692/2025

O Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - DESIGNAR a Doutora STELLA FÁTIMA SCAMPINI, Procuradora Regional da República, e os Doutores GUSTAVO NOGAMI e JOSÉ GLADSTON VIANA CORREIA, Procuradores da República, como titular e suplentes, respectivamente, para comporem a Comissão Judiciária Interdisciplinar Sobre Tráfico de Pessoas como representantes do Ministério Público Federal, até 31 de dezembro de 2025.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

São Paulo, 02 de dezembro de 2025.

(a) **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**, Presidente do Tribunal de Justiça.

Dje de 03/12/2025

NOTÍCIAS DA CITTEI
PUBLICADAS
NO PORTAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
SÃO PAULO E DA ESCOLA PAULISTA DA
MAGISTRATURA
2024/2025

Agenda institucional_TJSP

13/09/2024



(Gabinete Civil) Rodrigo Nogueira.

Compromissos internos e externos no PJ.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, reuniu-se, hoje (13), no Gabinete da Presidência, com a conselheira do Conselho Nacional de Justiça, Monica Nobre, e com o juiz do Tribunal Regional Federal 3 (TRF3), Paulo Marcos Rodrigues de Almeida. Participou da reunião o juiz assessor da Presidência

Também neste dia, o presidente Fernando Antonio Torres Garcia se reuniu, no Gabinete da Presidência, com o procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa e com o procurador de Justiça, Nilo Spinola Salgado Filho. Participou da reunião o juiz assessor da Presidência (Gabinete Civil) Rodrigo Nogueira.

Ainda nesta data, o presidente Fernando Antonio Garcia se reuniu, no Gabinete da Presidência, com o corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Eduardo Loureiro e com juízes da Presidência e da CGJ. Participaram da reunião os juízes assessores da Presidência Rodrigo Nogueira (Gabinete Civil), Maria Fernanda Belli e Flávia Castellar Oliverio (Designação de Magistrados), André Gustavo Cividanes Furlan (Recursos Humanos e Assuntos de Segurança Pública) e Felipe Albertini Nani Viaro (Tecnologia da Informação, Planejamento e Gestão); os juízes assessores da CGJ Glaucio Roberto Brittes de Araujo, Renata Carolina Casimiro Braga Velloso Roos e Camila de Jesus Mello Gonçalves.

Na quinta-feira (12), o presidente do TJSP, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, e o corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Eduardo Loureiro, prestigiaram o lançamento do livro "Sistemas Regulatórios de Dados Pessoais" (1ª edição), de autoria do juiz Fernando Antonio Tasso, na livraria da Vila (Shopping JK Iguatemi). Além de diversos magistrados e outros profissionais da área jurídica, prestigiaram o evento os presidentes do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargadores Ivan Ricardo Garisio Sartori (biênio 2012/2013), José Renato Nalini (biênio 2014/2015), Geraldo Francisco Pinheiro Franco (biênio 2020/2021) e a defensora pública-geral, Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho.

Na quarta-feira (11), o presidente Fernando Antonio Torres Garcia se reuniu, no Gabinete da Presidência, com o presidente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, desembargador militar *Enio Luiz Rosseto*.

Nesta sexta-feira (13), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Eduardo Loureiro, palestrou sobre “Direito real de habitação do cônjuge e companheiro” no “XI Congresso Paulista de Direito das Famílias e Sucessões: os avanços do Direito das Famílias e Sucessões”, realizado na Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). O evento, promovido pela AASP e pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – São Paulo (IBDFAM-SP), foi realizado em homenagem ao desembargador Euclides Benedito de Oliveira.

Durante a explanação, o magistrado refletiu sobre o direito real de habitação como um direito individual ou vitalício e o registro imobiliário. “O direito real de habitação é típico do direito sucessório, mas o primeiro se constitui pelo registro e o segundo decorre diretamente da lei. O direito sucessório não tem como função a autonomia privada, mas a proteção ao viúvo para que ele mantenha sua dignidade e seu direito fundamental à habitação”, afirmou. Também participaram o vice-presidente do IBDFAM, Marcelo Truzzi Otero; os desembargadores Euclides Benedito de Oliveira e Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery; a diretora do Instituto Brasileiro de Direito de Família e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Fernanda Pessanha de Amaral Gurgel; o professor de Direito Internacional da Universidade de São Paulo (USP), Gustavo Ferraz de Campos Mônaco; a advogada Tânia Bragança Pinheiro Cecatto; magistrados, advogados, integrantes do sistema de Justiça e acadêmicos.

Na quinta-feira (12), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Eduardo Loureiro, reuniu-se, no Gabinete da CGJ, com a defensora pública-geral, Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho e a primeira subdefensora pública-geral, Bruna Simões. Também participou da reunião a juíza assessora da CGJ Camila de Jesus Mello Gonçalves.

No último dia 5, os integrantes da Comissão Judiciária Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Exploração Infantil (Cittei) do TJSP, desembargadora Marcia Lourenço Monassi (vice-presidente) e o juiz Paulo Roberto Fadigas Cesar representaram o Tribunal de Justiça de São Paulo no Encontro Nacional do Fórum Nacional do Poder Judiciário para o Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Fontet), em Brasília.



Comunicação Social TJSP – RS, BC (texto) / KS (fotos)

imprensatj@tjsp.jus.br

Agenda institucional_TJSP

05/08/2025



Compromissos externos e internos do PJ.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia, reuniu-se, hoje (5), no Gabinete da Presidência, com o corregedor da Polícia Militar do Estado de São Paulo, coronel PM Fábio Sérgio do Amaral. Também

participou do encontro o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Marco Antonio Pimentel Pires.

Também no dia de hoje, o presidente Fernando Antonio Torres Garcia, se reuniu, no Gabinete da Presidência, com o diretor da Fundação “Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel” (Funap), Mauro Lopes e com o chefe de gabinete da Funap, Sérgio Ricardo Moretti.

Na terça-feira (29), o vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Artur Cesar Beretta da Silveira, recebeu, em seu gabinete, o desembargador Fernando Antonio Maia da Cunha.

Na sexta-feira (1º), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Eduardo Loureiro, reuniu-se com o corregedor-geral da Justiça de Mato Grosso do Sul, desembargador Ruy Celso Florence; com a supervisora do Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Numopede) do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), desembargadora Elisabeth Baisch; e com o juiz auxiliar da corregedoria do TJMS Vinicius Pedrosa Santos. Após a reunião, os magistrados conheceram espaços históricos do Palácio da Justiça, sede do Poder Judiciário paulista.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Eduardo Loureiro, reuniu-se, na sexta-feira (1º), no Fórum João Mendes Júnior, com integrantes do Ministério Público de São Paulo, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e da Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo. Pela Presidência do Tribunal de Justiça participou a juíza assessora Flavia Castellar Oliverio (Designação de Magistrados); pela Corregedoria-Geral da Justiça, os juízes assessores Renata Carolina Casimiro Braga Velloso Roos e Glaucio Roberto Brittes de Araújo (Criminal) e Ricardo Felício Scaff (Cível); pela Presidência da Seção de Direito Criminal, o juiz assessor José Eugenio do Amaral Souza Neto; pelo MPSP, o subprocurador-geral de Justiça Criminal, Ivan Francisco Pereira Agostinho; a coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOcrim), Tatiana Callé Heilman; o promotor de Justiça do Núcleo de Apoio ao Júri (NAJ), Everton Luiz Zanella; os promotores de Justiça Fábio Rodrigues Goulart e Zenon Lotufo; pela Defensoria Pública o 2º defensor público-geral, João Felipe Bellem de Gouveia Dias; os defensores públicos Filipe Dias Rodrigues e Ivan Silveira Laqino; e pela OAB SP o diretor tesoureiro, Alexandre de Sá Domingues.

A presidente da Comissão Judiciária Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Exploração Infantil (Cittei), desembargadora Flora Maria Nesi Tossi Silva, participou do 2º Encontro Nacional do Fórum Nacional do Poder Judiciário para o Combate

ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Fontet), realizado em São Luís (MA) entre terça (29) e quarta-feira (30). Promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com o TJ do Maranhão, o encontro reuniu representantes dos comitês estaduais e regionais para troca de experiências, identificação de demandas e articulação de boas práticas sobre o tema.



Comunicação Social TJSP – AA e RS (texto) / KS e PS (fotos)

imprensatj@tjsp.jus.br

ANEXO

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO BIENAL DO COMITÊ DO FONTET DO ESTADO DE SÃO PAULO - FONTET-SP (2025–2027)

1. Introdução e Justificativa

O Comitê Estadual de São Paulo do FONTET- doravante denominado FONTET/SP, em cumprimento às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e aos compromissos institucionais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, estabelece o presente Plano de Trabalho Bienal (2025–2027), com o objetivo de fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho em condições análogas à de escravo, por meio da cooperação interinstitucional, da formação continuada e do aprimoramento das práticas de prevenção e repressão.

2. Objetivos Gerais

Consolidar a atuação da CITTEI/CETTP em conjunto com a CETRAPTE JF3R e Comissões que possuam pertinência temática criadas na Justiça do Trabalho como fóruns de articulação entre Poder Judiciário, órgãos de segurança pública, Ministério Público, Defensoria, advocacia e entidades da sociedade civil instrumentalizadoras das ações do *FONTET/SP*.

Promover ações de capacitação continuada e intercâmbio de boas práticas. Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas de enfrentamento. Ampliar a participação de organismos nacionais e internacionais de proteção a migrantes e populações vulneráveis.

3. Eixos de Atuação

Eixo 1 – Governança e Estrutura

Reuniões trimestrais da Comissão, com calendário pré-definido. Inclusão formal de novos membros institucionais estratégicos (ACNUR, OIM, Cáritas, CAMI, entre outros). Criação de grupo de acompanhamento das deliberações (responsáveis e prazos definidos em ata).

Eixo 2 – Formação e Capacitação

Realização de ao menos uma capacitação anual dirigida a magistrados, servidores, membros do MP, Defensoria, advocacia e órgãos de segurança. Curso inicial: “Saúde Mental e Migração” (em organização pela EPM). Incentivo à participação em eventos nacionais (como o FONTET) e internacionais. CITTEI Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas

Eixo 3 – Cooperação Interinstitucional Estreitamento de laços com a ACONBRAS, visando canais permanentes de comunicação. Desenvolvimento de protocolos de

atendimento a migrantes em situação de vulnerabilidade. Estudo para elaboração de documento conjunto com consulados, reforçando responsabilidades previstas na Convenção de Viena.

Eixo 4 – Comunicação e Monitoramento Elaboração de relatórios anuais de atividades, a serem encaminhados ao CNJ. Criação de boletins informativos e canais de comunicação digital para divulgação das ações da Comissão.

Acompanhamento das políticas públicas e normativas relacionadas ao tráfico de pessoas.

4. Cronograma 2025–2027

2025:

Aprovação do Plano;
Curso inicial de capacitação;
Instalação do grupo de acompanhamento;
Reuniões trimestrais (outubro e dezembro).

2026:

Realização de nova capacitação;
Publicação de relatório anual;
Reuniões trimestrais (março, junho, setembro, dezembro).

2027:

Continuidade das capacitações;
Avaliação final do Plano;
Proposta de renovação ou revisão para o biênio seguinte.
